



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 04/03/20 - Quarta-feira

Horário: 14h:45 às 17:48 min

Local: Sala de Capacitação – Anexa do Palácio do Buriti - 13º andar, sala nº 1307.

1. Aprovação da Memória da 1ª Reunião Extraordinária de 2020;
2. Apresentação de relatório do SLU em atendimento ao Requerimento n. 01/2020;
3. Audiência com a Secretaria de Saúde sobre o atendimento dos requerimentos n. 05/2019, 06/2019, 02/2020 e 03/2020;
4. Apresentação de minuta de requerimento proposto pela Associação de Imprensa – publicização da destinação de recursos de publicidade do Governo de publicidade do Governo do Distrito Federal;
5. Avisos finais.

Reunião presidida: Ana Paula Barbalho – DF em movimento, presidente do CTCS, e **coordenada** por Loyane Corrêa Martins Costa – Secretária Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS.

Ouvintes:

Paulo Martins – CGDF

Rejane Vaz de Abreu – SUBTC/CGDF

Daniel Alves Lima _ GAB/CGDF

Márcio Bruno Carneiro Monteiro

Gustavo Souto Maior – SLU

Iago Luiz Silva _ SLU

Bruno Lago – SES-DF

Eduardo Pojo – SES e Ministério da Saúde

Mariana Rodrigues _ SULOG/SES

Eliel de Carvalho _ CONT/SES

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Danilo Silveira Aguiar _ CONT/SES

Samara Furtado Carneiro _ DIASF/SES

Francisco Mariani _ SUPLAN/DF

Sergio Luiz da Costa _ IGES/DF

Denise Magalhães da Silva _ IGES/DF

Maria Valda Cesar _ IGES/DF

Karinne Borges Mesquita _ IGES/DF

Radam Nunes _ IGES/DF

Sergio Luiz da Costa – IGES

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		11/12/2019
1	Associação Brasiliense de Imprensa – ABI	Titular	Wanderval Calaça de Mendonça	-
		Suplente	Carlos Augusto Santos Assumpção	P
2	Agenda 21	Titular	Cícero Roberto de Melo	P
		Suplente	José Ferreira Simões	-
3	Conselho Regional de Economia do DF – CORECON	Titular	Jucemar José Imperatori	-
		Suplente	Guidborgongne Carneiro Nunces Da Silva	P
4	Conselho Regional de Contabilidade – CRC	Titular	Alberto Milhomem Barbosa	FJ
		Suplente	José Luiz Marques Barreto	-
5	DF em Movimento	Titular	Ana Paula Daltoé Inglêz Barbalho	P
		Suplente	Mackinley Lobato de Souza	-
6	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE	Titular	Max Leno de Almeida	FJ
		Suplente		-
7	Federação da Agricultura do DF – FAPE	Titular	Carlos Alberto de Oliveira Quaresma	P
		Suplente	Sandra Moreira Padilha	-
8	Federação de comércio do DF –	Titular	José Aparecido da Costa Freire	p
		Suplente	Eduardo Alves de Almeida Neto	-



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

	FECOMÉRCIO			
9	Federação das Indústrias do DF – FIBRA	Titular	Diones Alves Cerqueira	P
		Suplente	Susana da Silva Tostes	-
10	Instituto de Fiscalização e Controle – IFC	Titular	Laura Karoliny Nogueira	FJ
		Suplente	Calebe de Mello Cerqueira	-
11	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB – DF	Titular	Thiago Holanda Barbosa	-
		Suplente	Luis Cláudio de Moura Landers	P
12	Observatório Social de Brasília - OS Brasília	Titular	Luis Fernando Ferreira Costa	P
		Suplente	Flávia Lemos Sampaio Xavier	-
PRESENTE (P)				09
Faltas Injustificadas (FI)				00
Faltas Justificadas (FJ)				03

Observação: as presenças são contabilizadas por instituição.

A presidente do Conselho de Transparência e Controle Social, Ana Paula Barbalho, saúda a todos e dá início à 2ª reunião ordinária de 2020.

1. Aprovação da Memória da 1ª Reunião Extraordinária de 2020;

A presidente começou a reunião encaminhando para votação a ata da 2ª reunião extraordinária de 2020, que foi aprovada por unanimidade.

2. Apresentação de relatório do SLU em atendimento ao Requerimento n. 01/2020;

A presidente agradece a presença do representante da SLU e pede para que ele apresente o relatório sobre o novo método de coleta de lixo do Distrito Federal.

Gustavo Souto Maior, Diretor Adjunto da SLU, esclareceu que a mudança no sistema de coletas foi planejado durante a elaboração do termo de referência cuja obrigação seria a de contratar as novas empresas de coleta de lixo. O termo foi elaborado em 2017, na gestão passada, e a licitação aconteceu apenas em 2019, contratando as empresas Valor Ambiental, Sustentare e Concita (essa última operando pela primeira vez no DF). O diretor informou que no primeiro momento houve muita reclamação, mas Gustavo fez questão de lembrar que antes da mudança ser feita, 65% da população do DF já tinha coletas de lixo em dias alternados

Além da mudança nos dias de coleta de lixo, houveram outras mudanças como: a mecanização dos serviços, maior controle e monitoramento dos equipamentos das empresas, ampliação da coleta seletiva (abrangia apenas 50% do DF e a previsão é que ainda esse ano atinja 100% do DF), instalação de 380 papa lixos, substituição de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

21000 lixeiras e a implementação de 240 pontos de coleta seletiva.

O diretor relembra o mal exemplo que Brasília teve durante muito tempo com o lixão da estrutural e que foi corretamente fechado. Também falou sobre o aterro sanitário de samambaia e os desperdícios econômicos realizados quando resíduos como vidro e papel, que podem ser transformados em renda, são jogados em aterros.

Depois de apresentar o que será feito pelas empresas contratadas, o Diretor Adjunto também esclareceu que passado o período de adaptação do novo sistema de coleta de lixo, a população já está mais consciente e o número de reclamações já está em um nível razoável.

Algumas mudanças nos contratos estão sendo realizadas devido a algumas falhas operacionais. Por exemplo, os contratos das máquinas que estão pintando os meios-fios serão ajustados do período diurno para o noturno, visto que pela grande movimentação de pessoas e carros, o trabalho é dificultado.

O diretor também deixou claro que a decisão sobre a mudança da logística na coleta de lixo não vai mudar, visto que foi referendada pelo atual governo e que a própria SLU e seu corpo técnico acreditam que vai melhorar a qualidade do serviço, além de gerar economia de recursos. Existe um relatório que foi divulgado que tem mais informações detalhadas, caso os conselheiros queiram ter um entendimento maior sobre o assunto.

A presidente encaminhou a reunião para uma rodada de perguntas e começou perguntando se existe alguma proposta de solução dos aterramentos de vidro, já que é um recurso que pode gerar renda e que para sua produção é necessário extrair mais recursos.

Ana Paula Barbalho também falou sobre a mudança da legislação dos grandes geradores de lixo. No DF existe uma resistência por parte dos grandes geradores de lixo, existe alguma estratégia para isso? Também fez questão de pontuar que apesar de as coletas se manterem diárias em áreas comerciais, muitas vezes elas não são eficientes. Como solucionar isso?

Gustavo Souto respondeu que apesar de existir a lei dos grandes geradores, não existe fiscalização para isso. Infelizmente, não é competência da SLU notificar ou atuar. Existe um projeto de lei na Câmara Legislativa que pretende mudar isso sem tirar a competência da Secretaria responsável, mas ainda não está em vigor.

A terceira pergunta da presidente é se existe algum plano de mudança no modelo de tratamento de resíduos? José Aparecido da Costa, representante FECOMERCIO, também perguntou como será feita a gestão de resíduos das construções civis?

Em relação ao vidro, o diretor deixou claro que no DF há ainda muita resistência em adotar uma logística reversa, em que os fabricantes, produtores e comerciantes são responsáveis por recolher esse material. Esse problema também ocorre com eletroeletrônicos, baterias mas a SLU vêm trabalhando nisso e no ano passado conseguiu um avanço na logística reversa de pneus, por meio de ações judiciais. Há expectativa de começar esse mesmo processo com fabricantes e comerciantes de vidro.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

A presidente também perguntou quais seriam os prazos para a implementação dos 380 papa lixos?

O diretor falou que os papas-lixos serão instalados de acordo com as indicações de um grupo especializado e multidisciplinar. Há a expectativa disso ser implementado o mais rápido possível, mas ainda não existe um prazo definido.

Existe alguma estratégia de transparência e acessibilidade dos dados para a sociedade civil? Pede também para que a SLU tenha uma comunicação mais efetiva com a população quando se tratar de mudanças tão grandes e impactantes para a população do DF. Além disso, deu a sugestão de terem relatórios mais concisos e acessíveis para a população.

A resposta de Gustavo Souto foi a de que existem relatórios muito detalhados que se encontram no site do SLU. Os contratos também estão disponíveis no site. Houve panfletagens, mas concorda que podem fazer uma comunicação mais acessível em próximas ocasiões. Qualquer dúvida ou pergunta que quiserem fazer, podem encaminhar para a SLU que responderão.

Guidborgongne Carneiro, representante da CORECON-DF, perguntou sobre Qual seria o impacto laboral dessas mecanizações e mudanças de logística? Quais as soluções para isso?

O diretor explicou que houve uma greve alegando que haveria a demissão de 1.500 garis, mas esse número não é verdadeiro. Apesar disso, com os novos contratos algumas áreas precisam ser reforçadas como por exemplo quando há eventos de grande porte. Inicialmente o quantitativo de garis nesses casos havia sido cortado, mas já verificaram que existe a necessidade desses trabalhadores e isso já está sendo tratado com o Governador. Há a expectativa de contratarem mais 400 garis até o final do mês para melhorar o serviço.

Carlos Quaresma, representante da FAPE-DF, perguntou como é feita e para onde são destinados os resíduos das coletas de lixo feitas em áreas rurais?

Gustavo explicou que existe a coleta em áreas rurais e todos os resíduos são destinados para o aterro de Samambaia, para onde vai a maior porcentagem de lixo de Brasília. O objetivo é reaproveitar ao máximo esses resíduos e diminuir a quantidade de lixo que vai para o aterro.

Existe um problema com o chorume nesse aterro que é um dos tópicos que mais estamos tentando solucionar agora. Normalmente os chorumes são encaminhados para estações de tratamento de esgoto. Por não existir um pré-tratamento do chorume, isso estava sobrecarregando o tratamento de esgoto da CAESB, que se negou a receber mais desse composto. A primeira solução para conter o problema foi fazer uma lagoa de chorume enquanto não achavam uma solução mais adequada e tecnológica para a situação. Há uma empresa, Hidros, que opera em Teresina e que tem a competência para solucionar o problema. A mesma foi contratada e começou a tratar o chorume que é produzido diariamente mas ela ainda não há condições de tratar o chorume estocado. Além disso é falsa a notícia de que houve um vazamento de chorume no DF. A informação verdadeira é a de que com as chuvas excessivas o



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

nível da lagoa subiu, mas já foi contido. A SLU já está trabalhando para a construção de lagoas para estocar mais chorume, caso seja necessário.

O objetivo e o trabalho que está sendo feito pretende tornar Brasília uma referência no Brasil no tratamento de chorume.

A presidente Ana Paula Barbalho pede para que Gustavo Souto, complementasse essas informações no relatório e pede para que a secretaria agende um retorno da SLU em setembro para que a situação da SLU e do chorume seja acompanhada.

Apresentação da nova Sub-Controladora, Rejane Vaz

A recém nomeada Sub-Controladora de Controle Social e Transparência, Rejane Vaz, contou brevemente sua trajetória acadêmica e profissional no GDF desde 1994, trabalhando na ouvidoria, e na Controladoria Geral desde 2003, quando o órgão de controle foi criado. A sub-controladora se botou a disposição para responder a qualquer dúvida ou se quiserem discutir sobre os projetos de controle social e de transparência que ocorrerão.

3. Audiência com a Secretaria de Saúde sobre o atendimento dos requerimentos n. 05/2019, 06/2019, 02/2020 e 03/2020;

Após fazer uma breve introdução sobre o tema e a trajetória que levou que o conselho solicitasse a presença da Secretaria de Saúde e do IGES. O principal ponto é de que há uma dificuldade de transparência e inúmeras queixas em relação a comunicação e da divulgação de informações. Já houve reclamações do CTCS, da Controladoria Geral do DF e de Deputados da Câmara Legislativa do DF, esse último podendo apurar por crime de irresponsabilidade.

Em caso de impossibilidade de divulgar dados, é necessário que haja uma justificativa plausível para que isso não ocorra. Quais são as estratégias para que esse problema seja sanado?

A presidente fez um teste na ouvidoria da Secretaria de Saúde que informava que algumas informações estavam no site, sendo que elas não foram divulgadas. Enquanto isso, representantes do CTCS receberam a resposta de que a mesma informação não estava disponível para divulgação. Outro problema citado são os telefones para informação da SES, que não estão sendo efetivos em prestar informações básicas como a disponibilidade de alguma especialidade médica em uma unidade de saúde.

Primeiramente o objetivo da reunião é registrar esse 1 ano de comunicação falha com a Secretaria de Saúde e com o IGES-DF. Além disso, já que a publicização dos dados consta em lei, o objetivo da reunião é de que essas informações passem a ser divulgadas tanto para órgãos públicos como também para a sociedade civil



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

organizada e para a população em geral. O vídeo da segunda reunião ordinária do CTCS, disponibilizado no youtube, cumprirá essa função sem intermediários.

Outros pontos que serão discutidos ao longo da melhor comunicação com a SES são: atenção primária no sistema básico de saúde, fechamento de CRAS, núcleos de apoio de saúde da família e a falta de medicamentos. Entendemos que o governo pode ter estratégias diferentes, como a construção de hospitais, mas não adianta se a estrutura do sistema de saúde está com falhas. Se não houver uma estratégia de transparência efetiva e de longa duração, a comunicação e o controle social ficarão comprometidos cada vez mais.

Eduardo Pojo, Servidor do Ministério da Saúde e secretário adjunto da gestão da Secretaria de Saúde, acha importante mostrar o compromisso de trazer uma nova postura perante o Conselho. Tem se trabalhado muito na transparência e as atualizações das medicações estão sendo feitas diariamente, mas isso ainda não é feito em toda a cadeia e há o esforço para encontrar soluções para isso. Frisa a importância da presença do IGES-DF para deixar claro as competências de transparência do IGES e da Secretaria.

Ana Paula Barbalho inclui o IGES na discussão falando sobre a falta de transparência dos contratos. Também lembrou que como o IGES é financiado 100% pelo dinheiro público, ela deve sim explicar as instituições de controle público. Também foi lembrado o episódio que o instituto se negou a prestar contas para a CGDF pois argumentou que era uma empresa privada, o que vai contra a legislação.

A importância da transparência nos contratos é para que a população e os órgãos controladores possam verificar se o processo está dentro das normas legais e se os preços e serviços das empresas condizem com a necessidade da contratação.

Outro problema relatado pela presidente é a falta de transparência e publicação das atas e das pautas discutidas pelos conselhos da instituição. Além disso foi exposta a mudança no regimento interno para que conselheiros conseguissem acumular cargos, que ia contra as recomendações do ministério público e o antigo regimento interno do próprio IGES. Outro problema que foi detectado foram as fraudes e diferenças de remuneração entre funcionários do mesmo nível. O modelo proposto pelo IGES até pode ser interessante, mas é necessário que aconteça uma maior transparência, que possivelmente pode melhorar o controle social.

Sergio Luiz da Costa, vice-presidente do IGES, afirma que o instituto fará todas as adequações que serão necessárias e que explicou como os cargos foram reorganizados para priorizar a descentralização das unidades assistenciais. Em relação a ter um acompanhamento de todo o processo de contratação, Sergio Costa deixou que o instituto também está em busca de ter um mecanismo de controle mais efetivo. Outro ponto falado pelo vice-presidente foi que as discussões e o alinhamento com o ministério público está caminhando e sendo adequado. Muitas das informações que estão sendo publicadas no site estão de acordo com as recomendações do Ministério Público. Sergio Luiz da Costa também informou que foi discutido e deliberado pelo conselho do IGES a implementação dos planos de carreira



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

e gestão de desempenho do instituto.

José Aparecido elogiou a todos os convidados por terem aberto o dialogo para chegar em um consenso. Frisa que o dinheiro é publico, logo, espera que a comunicação seja constante e transparente para que isso reverbere e chegue na população.

Valda Cesar - IGES, reforçou que toda a parte de contratação e de salários já está disponível no site e deixou registrado que houve uma contratação muito grande na área assistencial da saúde. Todo o processo foi muito transparente e está disponível para que a população e os órgãos façam o controle necessário no site do IGES. Isso mostra que o instituto está comprometido com a transparência. Além disso deixou claro que uma das primeiras atitudes em relação a gestão de desempenho é que as distorções de salários nos cargos iguais serão verificadas, corrigidas e publicadas detalhadamente.

A presidente agradece pelas falas e fica satisfeita que o relacionamento com o ministério publico tem sido positiva. Também pede que consultem o documento com as recomendações feitas em 2019 pelos membros representantes da OAB. Em relação ao site da secretaria de saúde, a presidente recomendou que além da parte com as informações especificas de contratação e aquisição, tenha uma parte voltada para a população com informações básicas como: horários de atendimento, informes das unidades de saúde, quais especialidades medicas estão disponíveis. A presidente agradece a presença da SES e do IGES e passa ao próximo ponto de pauta.

O Recém empossado controlador, Paulo Martins, compareceu brevemente a reunião para passar sua mensagem de que continuará presente nas reuniões do CTCS e se coloca a disposição de todos.

4. Apresentação de minuta de requerimento proposto pela Associação de Imprensa – publicização da destinação de recursos de publicidade do Governo do Distrito Federal;

A presidente começou a pauta lendo o texto proposto pela ABI.

Carlos Assumpção – ABI pediu para reforçar que a presença do secretario e importante por que ele pode ter dados e informações que serão uteis no esclarecimento das dúvidas e dos questionamentos.

Diones Cerqueira, representante da FIBRA, não achou que ficou claro o que o conselho está de fato solicitando no requerimento.

A presidente respondeu que o objetivo é ter noção de quem está recebendo, quais empresas estão sendo contratadas e o quanto que cada uma está recebendo.

Carlos Assumpção – ABI reforçou que o objetivo é a transparência e para que essas informações cheguem ao cidadão comum. Assim que os dados forem divulgados, o conselho pode analisar com mais embasamento para ver se os recursos estão tendo objetivos justificáveis.

Ana Paula Barbalho expos que a utilidade em obter esses dados e para ter uma noção de da proporção e do espaço de orçamento para publicidade e quanto é



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

destinado para as secretarias. Além disso, ela usou como exemplo a falta de divulgação do fechamento do Eixão, qual seria o critério de escolha do tipo de divulgação que é feito nesse e em tantos outros casos?

Ana Paula sugeriu amadurecer o texto, o objetivo do requerimento e discutir com mais calma e propriedade na próxima reunião.

Avisos Finais

Ana Paula Barbalho esteve na audiência pública em defesa da CEB e recomenda que todos assistam ao vídeo da reunião disponibilizado na internet. Nele havia o depoimento de um parlamentar de Goiás relatando que a empresa de energia que foi privatizada, e que tinha a promessa de melhorar o serviço, na realidade piorou a qualidade do serviço. Foi feito um estudo em relação à privatização da CEB, que vinha em um processo de recuperação e que há um relato nessa audiência falando que esse processo foi abandonado pelo atual governo. Além disso existem relatos que o governador tem colocado valores irreais para os recursos de manutenção da CEB. A presidente sugere que isso vire um ponto de pauta de discussão do conselho já que as informações técnicas e as necessidades políticas estão divergindo.

Diones Cerqueira Também acha interessante observar que Brasília não consegue ter grandes construtoras por falta de energia. Muito precisa ser discutido em relação a privatização não só pela qualidade dos serviços, mas também pela forma que os subsídios são feitos. O conselheiro também comentou sobre o valor exorbitante dos salários.

Luis Fernando Costa expôs a preocupação com a renovação do conselho.

A presidente pediu para a secretaria fazer o levantamento das pautas que precisam ser tratadas. Também solicitou o levantamento do número de faltas dos conselheiros para que as notificações sejam feitas para aqueles que estão correndo risco de sofrer as sanções que constam no regimento interno.

A presidente também lembrou que o documento que tem como objetivo trazer novas instituições para os cargos vagos do conselho já foi enviado. Na próxima reunião haverá um pronunciamento de como será feito o processo de chamamento público, junto com o controlador.

A presidente agradece a presença de todos e encerra a 2ª reunião ordinária do ano de 2020 às 17h48min.